

5.3. Não será permitida a renovação de quantitativos antes da conclusão da vigência da ARP.

5.4. A vigência da ARP será automaticamente encerrada pelo decurso de seu prazo ou quando não restarem mais fornecedores registrados aptos a serem contratados.

6. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Ebserh a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.2. Em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

6.3. O fornecedor registrado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Ebserh para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Ebserh poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do fornecedor, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.3.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Ebserh.

6.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa fornecedora, implica o reconhecimento de que:

6.4.1. referida Nota está substituindo o contrato;

6.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

6.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 227 e 228 do RCC 3.0.

6.5. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03/2018 e, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n.º 10.522/2002, consulta prévia ao Cadin.

6.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no Sicaf, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

6.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

6.5.3. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

6.5.4. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n.º 10.522/2002.

6.6. Nas contratações com valores acima de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o fornecedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado a partir da formalização do contrato.

6.6.1. A existência prévia de programa de integridade do fornecedor, seguida de apresentação sobre sua construção, seus dispositivos e seus resultados no referido prazo, supre o requisito.

6.6.2. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a sua vigência.

6.7. Na hipótese de o fornecedor registrado se recusar a assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Ebserh, a Ebserh poderá convocar os remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com este instrumento convocatório.

6.8. Caso nenhum dos remanescentes aceite a contratação nos termos do item anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, a Ebserh poderá:

6.8.1. convocar os remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do vencedor;

6.8.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

6.8.3. revogar a licitação.

6.9. Os fornecedores convocados terão, em momento anterior à assinatura do contrato, as suas propostas e eventuais documentos complementares analisados, negociarão sua proposta com a Ebserh, bem como deverão comprovar os requisitos para habilitação.

6.10. A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Ebserh caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas no instrumento convocatório e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor da Ebserh.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente instrumento e seus anexos;
- II - receber o objeto nas condições e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência;
- III - prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao cumprimento do objeto.
- IV - notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- V - acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, através de equipe especialmente designada;
- VI - efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- VII - aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no presente instrumento;
- VIII - cientificar a Consultoria Jurídica da Ebserh para adoção das medidas cabíveis quando o assunto exceder as competências próprias da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços;
- IX - explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- X - notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- XI - responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do presente instrumento e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I - atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- II - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV - quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - Sicafe, a CONTRATADA deverá entregar à Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- c) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

V - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do presente instrumento;

VI - paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

VII - manter, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

VIII - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

IX - arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

X - cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

XI - fornecer todos os produtos, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

XII - conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XIII - receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

XIV - entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

XV - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

XVI - comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução do objeto está definida no Termo de Referência.

10. GESTÃO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

10.1. A Ebserh designará formalmente um conjunto de colaboradores, empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício na Ebserh, para compor a Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços - EFARP, que será responsável pela gestão e fiscalização da ARP e respectivas Notas de Empenho, na qualidade de titulares ou substitutos.

10.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução das ARPs consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, com o objetivo de assegurar o fiel e perfeito cumprimento do ajuste, sendo executados da seguinte forma:

I - Abertura de processo administrativo específico: Será realizada a abertura de processo administrativo próprio, vinculado ao processo principal, destinado à consolidação da documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada dos documentos relativos à execução da ARP.

II - Composição documental: O processo administrativo deverá conter o documento de designação da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como os demais documentos relacionados à gestão e fiscalização da ata.

III - Atuação da Equipe de Fiscalização: O trabalho da EFARP deverá pautar-se na verificação da conformidade da execução da ARP, com base nos critérios previstos no Termo de Referência, observando-se ainda o Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) e demais normas aplicáveis. A

equipe deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

IV - Consolidação das informações: O processo administrativo deverá consolidar todos os documentos relacionados à gestão da ARP, incluindo o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução do objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

V - Conteúdo mínimo do processo administrativo: O processo deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:

- a) Informações acerca da solicitação de alocação orçamentária e emissão de notas de empenho;
- b) Informações acerca do envio das ordens de fornecimento;
- c) Informações acerca da realização do recebimento dos bens;
- d) Informações acerca das aberturas dos processos de pagamento;
- e) Informações acerca da realização e/ou apoio nas atividades de armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos produtos;
- f) Controle de saldos;
- g) Informações acerca de manifestação preliminar sobre solicitações de troca ou substituição de marcas e produtos;
- h) Informações acerca de manifestação preliminar sobre impactos decorrentes de alterações de preços ou cancelamento da ARP/Contrato;
- i) Informações acerca de manifestação preliminar sobre solicitações de remanejamento de saldos;
- j) Informações acerca de notificação preliminar dos fornecedores acerca de possíveis irregularidades no cumprimento de obrigações contratuais;
- k) Informações acerca de encaminhamento de abertura de processo sancionador, quando cabível;
- l) Gestão de riscos na execução contratual.

10.3. A Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços e a empresa contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando à devida formalização.

10.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0.

10.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

11. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Será permitida a ARP oriunda desta contratação, durante sua validade, para os seguintes órgãos e entidades que não tenham participado na origem do processo licitatório:

- I - Hospitais Universitários vinculados à Rede Ebserh;
- II - Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior durante o período de transição de gestão para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;
- III - Qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, desde que o órgão ou entidade operacionalize seus processos de contratação e execução contratual por meio do sítio gov.br;

11.2. A autorização da adesão está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

11.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

11.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;

11.2.3. consulta e aceitação prévias da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, bem como do fornecedor.

11.3. A autorização da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

11.3.1. O fornecedor beneficiário, ao optar pela aceitação ou não do fornecimento, deve avaliar previamente se a adesão não prejudicará as obrigações anteriormente assumidas com o gerenciador e demais órgãos/entidades participantes.

11.3.2. A consulta ao fornecedor beneficiário da ata sobre a aceitação do fornecimento deve conter a solicitação de informação sobre eventual direito a reajuste ou revisão de preços sobre o contrato a ser firmado, decorrente de fatos ocorridos em momento anterior à consulta, sob pena de configuração de preclusão do respectivo direito, por se tratar de informação essencial à análise da vantajosidade quanto ao uso do registro de preços.

11.3.3. A Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

11.3.4. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o gerenciador a Administração Central ou o Hospital Universitário somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para a Administração Central ou o Hospital Universitário gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 - Plenário).

11.4. Após a autorização da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

11.5. Caberá à Administração Central ou ao Hospital Universitário, na condição de gerenciador, autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

11.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ARP da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 11.2.

11.7. O órgão gerenciador observará as seguintes regras de controle para a adesão à ARP:

I - As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento (50%) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP para a Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, e para os órgãos ou as entidades participantes;

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para a Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ARP.

11.8. Compete ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação à sua demanda, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à Administração Central ou ao Hospital Universitário, na condição de gerenciador.

12. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na ARP poderão ser remanejadas pela Ebserh, enquanto gerenciadora, para os Hospitais Universitários sob sua gestão e para os não participantes do registro de preços.

12.2. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado.

12.3. O remanejamento somente será feito:

I - da Administração Central para os Hospitais Universitários;

II - de Hospitais Universitários para Hospitais Universitários;

III - dos Hospitais Universitários para Administração Central;

IV - da Administração Central ou dos Hospitais Universitários para a entidade participante; ou

V - da Administração Central ou dos Hospitais Universitários para a entidade não participante.

12.4. Na hipótese de existência de Reserva Técnica estabelecida para a Administração Central da Ebserh, o remanejamento de saldos da ARP para os Hospitais Universitários da Ebserh participantes deverá ter autorização do

órgão gerenciador, sendo necessária a anuência do fornecedor.

12.5. Para o remanejamento de saldos da ARP em que um órgão ou entidade sofrer redução dos quantitativos informados, necessitará de concordância direta deste órgão ou entidade.

12.6. Para as demais situações, caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

12.7. Para fins operacionais, o remanejamento dos saldos da ARP para órgão ou entidade não participante, só ocorrerá quando o órgão ou entidade não participante tiver realizado pelo menos uma Adesão à ARP.

12.8. O remanejamento para órgão ou entidade não participante deverá observar os limites previstos para Adesão às ARPs.

13. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados.

13.2. No caso de reajustamento, deve-se respeitar a contagem da anualidade e o índice previsto na contratação, qual seja, o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

13.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da ARP deverá ser formulado pela empresa contratada durante a sua vigência e antes de eventual prorrogação.

14. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

14.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

14.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 196 do RCC 3.0.

14.2. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.2.1. Nesse caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no RCC 3.0 e na legislação aplicável.

14.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

14.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, procederá ao cancelamento da ARP, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, atualizará o preço registrado, de

acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

14.2.6. A Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

15. CANCELAMENTO

15.1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ARP, sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Ebserh, sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e não houver comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado;
- IV - enquadrar-se em uma das hipóteses previstas no art. 70 do RCC 3.0; ou
- V - estiver inscrito no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) e não regularizar sua situação após transcurso de prazo indicado em notificação formal expedida pela Ebserh.

15.2. Na hipótese de impedimento de participar de licitações e de ser contratado, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, a Ebserh poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.2 será formalizado por despacho do gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Administração Central ou pelo Hospital Universitário, na condição de gerenciador, de forma total ou parcial, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações de preços registrados.

16. CADASTRO DE RESERVA

16.1. Na hipótese de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ARP, poderá ser utilizado o cadastro de reserva, que conterá o registro dos fornecedores que aceitarem cotar os produtos com preços iguais aos do vencedor, observada a classificação na licitação, e dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

16.2. A convocação observará a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.

16.3. O cadastro de reserva contendo a relação dos fornecedores nele incluídos estará disponível no Anexo desta ARP, conforme Relatório Final do Processo Licitatório.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento da ARP ensejará aplicação das sanções conforme estabelecidas no RCC 3.0.

17.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

17.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ARP, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes ou não participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante ou não participante a aplicação da penalidade.

17.4. O órgão ou entidade participante ou não participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

17.5. Pela inexecução total ou parcial da ARP, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.5.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

17.5.2. Multa:

17.5.2.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o 15º dia e a critério da Ebserh, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.5.2.2. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

17.5.2.3. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do instrumento substitutivo de termo de contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

17.5.2.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Ebserh a promover a extinção do instrumento substitutivo de termo de contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 227, inciso I, do RCC 3.0;

17.5.2.5. Compensatória, para a inexecução parcial do instrumento substitutivo de termo de contrato, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor anual da contratação;

17.5.2.6. Compensatória, para a inexecução total do instrumento substitutivo de termo de contrato, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual da contratação.

17.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.5.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

17.5.3.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.3.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

17.5.3.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

17.5.3.1.4. prestar declaração falsa durante a execução da ARP;

17.5.3.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado;

17.5.3.1.6. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.5.3.1.7. praticar ato fraudulento na execução da ARP;

17.5.3.1.8. após manifestar formalmente interesse na prorrogação da ARP, não celebrar o aditivo de prorrogação;

17.6. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.

17.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.

17.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

17.9.1. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.

17.10. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

17.10.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

17.10.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh, ainda que decorrentes de outros ajustes;

17.10.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

17.10.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor sancionado.

17.10.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

17.11. A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.

17.12. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.

17.13. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

17.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

17.15. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, pode ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.

17.16. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.

17.17. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.18. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.19. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.20. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicafe, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

17.20.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

17.21. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh.

18. CONDIÇÕES GERAIS

18.1. A formalização de cada contratação e os demais atos inerentes à presente ARP serão autorizados, caso a caso, pela autoridade responsável do órgão gerenciador, e, no caso dos órgãos participantes, pela respectiva autoridade responsável.

18.2. Integram este instrumento, o Edital do Pregão Eletrônico, seus anexos, bem como a proposta da empresa vencedora dos itens relacionados a essa ARP e demais anexos.

18.3. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

18.4. A Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços conduzirá o gerenciamento de riscos durante toda execução da ARP.

18.5. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RCC 3.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

18.6. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Justiça Federal de do Piauí para dirimir os litígios que

decorrerem da execução deste instrumento, para os casos em que não possam ser compostos pela conciliação.

(data da assinatura eletrônica pelo Órgão Gerenciador)

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - HU-UFPI
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH

(assinado eletronicamente)
ANDRÉ GONÇALVES DA SILVA
Superintendente

(assinado eletronicamente)
ACÁCIO SALVADOR VERAS E
SILVA
Gerente Administrativo

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da Empresa

Anexo I - Descrição Detalhada do Objeto

Item	Código AGHUX	Descritivo completo	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	408866	ALMOFADA, TIPO: COXIM, MATERIAL: POLÍMERO VISCOELÁSTICO, MODELO: REDONDO, REVESTIMENTO: REVESTIDO FILME URETANO, ISENTO LÁTEX E SILICONE, DIMENSÕES: 14 X 5,7 X 3,2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, NÃO RADIOPACO, NÃO CONDUTÍVEL COM ORIFÍCIO CIRCULAR CENTRAL UNIDADE.	UNIDADE	15		
2	410091	POSICIONADOR INFLÁVEL: POSICIONADOR DE CALCANHAR E TORNOZELO PARA EVITAR DEFORMIDADE EM PÉ CAÍDO E PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA LPP - LESÃO POR PRESSÃO (ESCARAS)/ÓRTESE. COMPOSIÇÃO: PVC - POLICLORETO DE VINILA, VIRGEM, INFLÁVEL, BILATERAL (O PAR), HIGIENIZÁVEL.	UNIDADE	120		
3	412253	SUPERFÍCIE DE SUPORTE - COXIM USO HOSPITALAR. APLICAÇÃO: P/ POSICIONAMENTO / FIXAÇÃO / PROTEÇÃO. FORMATO: RETANGULAR. MATERIAL: À BASE DE GEL / SILICONE. REVESTIMENTO: REVESTIMENTO IMPERMEÁVEL C/ FILME RESISTENTE. DIMENSÕES 1: CERCA DE 45 X 10 X 5 CM. TIPO USO: REUTILIZÁVEL	UNIDADE	5		
4	405495	COXIM: ROLO DE APOIO IMPERMEÁVEL S/ ILHÓS. ALMOFADA TIPO ROLO DE APOIO/ COXIM 100 % IMPERMEÁVEL, ROLO DE ESPUMA DE ALTA QUALIDADE, REVESTIDO DE COURVIN. HIPOALERGÊNICO. TAMANHO APROXIMADO: 70 CM X 20 CM. UNIDADE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DE USO GERAL-MMH COXIM/ ALMOFADAS. MATERIAL DE CONSUMO.	UNIDADE	40		
5	408863	COXIM: CUNHA GRANDE PARA APOIO LOMBAR. ALMOFADA TIPO TRIÂNGULO DE APOIO, EM ESPUMA DE POLIURETANO, SEM REVESTIMENTO. USO EM FISIOTERAPIA. HIPOALERGÊNICO. TAMANHO APROXIMADO: 65 CM COMPRIMENTO X 45 CM ALTURA X 30 CM LARGURA. UNIDADE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DE USO GERAL-MMH COXIM/ ALMOFADAS. MATERIAL DE CONSUMO.	UNIDADE			
6	291245	ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL, MODELO: COLAR CERVICAL PHILADELPHIA, MATERIAL: ESPUMA DE POLIFÓRMIO, ESTRUTURA: APOIO MENTONIANO, OCCIPITAL E ESTERNAL, ADICIONAIS: ABERTURA FRONTAL, TIPO FECHO: FIBRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, TAMANHO: PEQUENO	UNIDADE	20		
		ÓRTESE PARA COLUNA VERTEBRAL, MODELO: COLAR CERVICAL PHILADELPHIA, MATERIAL: ESPUMA DE POLIFÓRMIO				

7	291246	ESTRUTURA: APOIO MENTONIANO, OCCIPITAL E ESTERNA, ADICIONAIS: ABERTURA FRONTAL, TIPO FECHO: TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, TAMANHO: M-MÉDIO	UNIDADE	40		
8	291247	ORTESE PARA COLUNA VERTEBRAL , MODELO: COLAR CERVICAL PHILADELPHIA, MATERIAL: ESPUMA DE POLIFÓRMIO, ESTRUTURA: APOIO MENTONIANO, OCCIPITAL E ESTERNA, ADICIONAIS: ABERTURA FRONTAL, TIPO FECHO: TIRAS AJUSTÁVEIS EM VELCRO, TAMANHO: G-GRANDE	UNIDADE	25		
9	403521	BOLSA PRESSÓRICA PARA INFUSÃO DE LÍQUIDOS. MATERIAL SINTÉTICO IMPERMEÁVEL, TRANSPARENTE, QUE PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO FRASCO E VOLUME DO LÍQUIDO, TIPO MANÔMETRO ALTA PRECISÃO DE 0 A 300 MMHG. CONSTITUÍDO DE UM MANGUITO EM POLIURETANO TRANSPARENTE REUTILIZÁVEL, COM INSUFLADOR MANUAL (PÊRA) DE BORRACHA FLEXÍVEL, AUTOINFLÁVEL E SEM LÁTEX; VÁLVULA METÁLICA DE CONTROLE DE SAÍDA DE AR E BALÃO, COM GANCHO PARA FIXAÇÃO AO SUPORTE DE SORO. BOLSA COM FECHAMENTO. TAMANHO: 1000 ML, REUTILIZÁVEL. TODO MATERIAL DEVE SER RESISTENTE, ATÓXICO E PROPICIAR SEGURANÇA E MANUSEIO SEGURO.	UNIDADE	40		
10	410203	CONJUNTO DE CRICOTIROTOMIA ; CONTENDO, MINIMAMENTE, CATETER PARA VIA AÉREA COM 4 A 5 MM DE DIÂMETRO E 9 CM DE COMPRIMENTO, COM BALÃO; FIXADOR OU FLANGE PARA FIXAÇÃO, SERINGA, AGULHA DE PUNÇÃO E/OU BISTURI, FIO GUIA COMPATÍVEL, CONECTOR LUER LOOK DE 15 MM. EMBALAGEM ESTÉRIL E TRANSPARENTE.	UNIDADE	8		
11	400364	CONJUNTO ESCOVA/ESPONJA PARA DEGERMAÇÃO , EMBEBIDO COM DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2 A 4% COM TENSOATIVOS DEGERMANTE, INDICADA PARA ANTISSEPSE DA PELE, MÃOS E ANTEBRAÇOS. EFEITO RESIDUAL CUMULATIVO, HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS. DUAS FACES: ESCOVA PLÁSTICA MALEÁVEL, COM CERDAS MACIAS E CANTOS ARREDONDADOS; E OUTRA FACE COM ESPONJA MACIA IMPREGNADA COM CLOREXIDINA NA QUANTIDADE SUFICIENTE PARA HIGIENIZAÇÃO DAS DUAS MÃOS E ANTEBRAÇO (EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20 ML DE CLOREXIDINA). USO ÚNICO, PROPICIAR MANUSEIO FÁCIL E SEGURO, E ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM IMPERMEÁVEL, INDIVIDUAL COM ABERTURA ASSÉPTICA. USO HOSPITALAR. DEVE APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DO PRODUTO QUÍMICO (FISPQ), FICHA TÉCNICA E NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA NA ANVISA (RDC 199/2006).	UNIDADE	25.000		
12	290290	ESCOVA DEGERMAÇÃO , COM 10 ML PVPI DEGERMANTE (1% DE IODO ATIVO), SUPERFÍCIE LISA E TEXTURIZADA, CERDAS EXTERNAS LONGAS, INTERNAS CURTAS E ARREDONDADAS, PASSAGEM DE SABÃO ESCOVA/ESPONJA, COM CERDAS MACIAS. ESTÉRIL. DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	3.000		
		PLACA ELETROCIRÚRGICA, ADULTO,				

13	401757	<p>COM GEL, DESCARTÁVEL, DISPOSITIVO NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO; SEM CABO PRÉ-FIXADO, CONSTITUÍDA DE UMA PLACA DE ESPUMA DE POLIETILENO QUE SERVE DE BASE PARA O CONDUTOR LAMINADO DE ALUMÍNIO/PET (POLIETILENO TEREFTALATO); REVESTIDO COM HIDROGEL, UM GEL CONDUTOR NÃO IRRITANTE QUE ENTRA EM CONTATO COM O PACIENTE; BORDAS REVESTIDAS COM ADESIVO ACRÍLICO GRAU MÉDICO PROTEGIDO COM UMA CAMADA DE PET SILICONIZADO OU PAPEL; BI-PARTIDA, DEVEM SER FINAS, LEVES E MOLDÁVEIS; O ADESIVO DEVE FIXAR FIRMEMENTE DURANTE A CIRURGIA, SOLTANDO-SE SUAVEMENTE NO INSTANTE DA REMOÇÃO DA PLACA; FORMATO RETANGULAR COM CONTORNOS ARREDONDADOS OU EM FORMA DE MAÇA, MINIMIZANDO O AQUECIMENTO AO LONGO DE SUAS MARGENS. OBS.: COMPATIBILIDADE COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO WEM MODELO SS 501, SS 501 X E S 601 MCA</p>	UNIDADE	4.500		
14	410891	<p>PRANCHA DE TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES, CONFECCIONADA EM POLÍMERO OU MATERIAL SIMILAR, FORMATO RETANGULAR, DOBRÁVEL, DESMONTÁVEL E LAVÁVEL, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 170 CM DE COMPRIMENTO X 50 CM DE LARGURA X 2 CM DE ALTURA, REVESTIDA POR MATERIAL IMPERMEÁVEL, COM ALÇAS PARA O TRANSPORTE E SUSTENTAÇÃO, PERMITINDO UM DESLIZAMENTO SUAVE SOBRE A PRANCHA NUM SISTEMA ROLANTE/ DESLIZANTE, ISTO É, ROLA/ DESLIZA SOBRE SI MESMA, FAZENDO COM QUE A PRANCHA SE DESLOQUE NO MESMO SENTIDO EM QUE GIRA O MATERIAL.</p>	UNIDADE	6		
15	279491	<p>SENSOR DE NÍVEL DE CONSCIÊNCIA ADULTO, PARA MONITORIZAÇÃO DE NÍVEL DE CONSCIÊNCIA EM ANESTÉSIA, CONFECCIONADO EM POLÍMERO COM GEL, MODELO TESTA, COM 3, 4 OU 6 ELETRODOS, FIXAÇÃO POR ADESIVO, MEDINDO 27 CM X 2,5 CM. DESCARTÁVEL, COMPATIBILIDADE COM MONITOR DE PROFUNDIDADE ANESTÉSICA. CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, ORIENTAÇÃO DE USO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ ANVISA. COM COMODATO DE 6 APARELHOS. DESCRITIVO DO APARELHO EM COMODATO: MONITOR DE PROFUNDIDADE ANESTÉSICA COM SISTEMA DE MONITORAMENTO COMPLETO, SOFTWARE ATUALIZADO, COM POSSIBILIDADE DE MONITORAMENTO DE ELETROMIOGRAFIA, TAXA DE SUPRESSÃO, FREQUENCIA DE BORDA ESPECTRAL, ONDA DE ELETROENCEFALOGRAMA BRUTO, QUALIDADE DO SINAL E ESPECTROGRAMA. ALIMENTAÇÃO 220V OBS: OS APARELHOS PERMANECERÃO NA UNIDADE DE BLOCO CIRÚRGICO E MATERIAIS ESTERILIZADOS</p>	SENSOR COM 4 ELETRODOS	1.800		
16	410204	<p>SPLINT NASAL, EM SILICONE, MODELO PRÉ PERFURADO E BI VALVULADO, TAMANHO ADULTO. USADO NA SUSTENTAÇÃO DA CARTILAGEM DO SEPTO NASAL A FIM DE EVITAR A FORMAÇÃO DE EDEMAS E HEMATOMAS DEPOIS DA CIRURGIA (SEPTOPLASTIA E RINOPLASTIA). ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM DADOS DE</p>	UNIDADE	100		

		IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO ANVISA.				
17	412249	MÁSCARA GASOTERAPIA APLICAÇÃO: ANESTESIA, MODELO: FACIAL OVAL , MATERIAL: CÚPULA EM PLÁSTICO RÍGIDO , TIPO BORDA: COXIM INFLÁVEL EM SILICONE , TAMANHO: ADULTO G PARA OBESO (NUMERO 6), TIPO CONECTOR: CONECTOR PADRÃO , ADICIONAIS: C/ PRESILHA	UNIDADE	20		
18	408869	GUIA P, INTUBAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL HASTE: METAL REVESTIDO C, POLÍMERO, TAMANHO : ADULTO, ESTERILIDADE : ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	15		
19	405699	GUIA P/ ENTUBAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL PVC, TAMANHO 15, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEMIRRÍGIDO, PONTA FLEXÍVEL, PRÉ-FORMADA, COMPONENTES MARCAS DE GRADUAÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE ESTÉRIL E DESCARTÁVEL. (BOUGIE).	UNIDADE	30		
20	406681	Caneta MARCADORA DE PELE. NÃO ESTÉRIL. Ponteira ARREDONDADA com traço de 1 mm. Tinta permanente de secagem rápida, resistente a povidine, álcool e sangue. CORES DIVERSAS. Atóxica, apirogênica, hipoalergênica, embalagem única. Aprs: unidade	UNIDADE	200		
21	405893	Caneta MARCADORA DE PELE. NÃO ESTÉRIL. Ponteira GROSSA ARREDONDADA , tinta permanente de secagem rápida, resistente a povidine, álcool e sangue. CORES DIVERSAS. Atóxica, apirogênica, hipoalergênica. Aprs: unidade	UNIDADE	150		
22	405813	Caneta MARCADORA DE PELE. ESTÉRIL. Acompanha RÉGUA flexível com tamanho de 10 a 15 cm. Ponteira a ARREDONDADA com traço de 1 mm. Tinta permanente de secagem rápida, resistente a povidine, álcool e sangue. CORES DIVERSAS. Atóxica, apirogênica, hipoalergênica, embalagem única. Aprs: unidade	UNIDADE	1000		
23	272198	MANTA TÉRMICA: SISTEMA DE AQUECIMENTO PARA PACIENTES DESTINADO À PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA HIPOTERMIA EM PACIENTES. MATERIAL: POLIETILENO E POLIPROPILENO, USO SUPERFÍCIE E FLUÍDOS, APLICAÇÃO CORPO INTEIRO , TAMANHO ADULTO	UNIDADE	1000		
24	288360	MANTA TÉRMICA: SISTEMA DE AQUECIMENTO PARA PACIENTES DESTINADO À PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA HIPOTERMIA EM PACIENTES, USO SUPERFÍCIE E FLUÍDOS, APLICAÇÃO MEMBROS INFERIORES , TAMANHO ADULTO.	UNIDADE	1000		
25	290718	FRALDA DESCARTÁVEL - TAMANHO MÉDIO. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA PARA INCONTINÊNCIA, PÓS PARTO OU PÓS CIRÚRGICO. PESO DE 40 A 70 KG: CINTURA 130 CM , COM GEL ABSORVENTE QUE GARANTA MAIOR ABSORÇÃO TANTO PARA HOMEM, QUANTO PARA MULHER; QUE O ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO, POSSUIR DOIS ADESIVOS LATERAIS COM SISTEMA DE RECOLAGEM; COM 2 A 4 ELÁSTICOS NAS PERNAS, COM FORMATO ANATÔMICO AJUSTANDO-SE AS PERNAS DA PESSOA COM BARREIRA LATERAL ANTIVAZAMENTO, SEM DEIXAR MARCAS. TODO O MATERIAL DEVE SER RESISTENTE, MACIO, CONFORTÁVEL, PROPICIAR AJUSTE SEGURO AO CORPO,	UNIDADE	10.000		

		ADESIVIDADE E ABSORÇÃO SEGURA, LIVRE DE IMPUREZAS E IRRITANTES DÉRMICOS. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. APRS: UNIDADE				
26	290719	FRALDA DESCARTÁVEL - TAMANHO GRANDE. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA PARA INCONTINÊNCIA, PÓS PARTO OU PÓS CIRÚRGICO. PESO DE 70 A 90 KG: CINTURA DE 110 A 150 CM; COM GEL ABSORVENTE QUE GARANTA MAIOR ABSORÇÃO TANTO PARA HOMEM, QUANTO PARA MULHER; QUE O ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO, POSSUIR DOIS ADESIVOS LATERAIS COM SISTEMA DE RECOLAGEM; COM 2 A 4 ELÁSTICOS NAS PERNAS, COM FORMATO ANATÔMICO AJUSTANDO-SE AS PERNAS DA PESSOA COM BARREIRA LATERAL ANTIVAZAMENTO, SEM DEIXAR MARCAS. TODO O MATERIAL DEVE SER RESISTENTE, MACIO, CONFORTÁVEL, PROPICIAR AJUSTE SEGURO AO CORPO, ADESIVIDADE E ABSORÇÃO SEGURA, LIVRE DE IMPUREZAS E IRRITANTES DÉRMICOS. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. APRS: UNIDADE	UNIDADE	70.000		
27	401333	FRALDA DESCARTÁVEL - EXTRA GRANDE. FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA PARA INCONTINÊNCIA, PÓS PARTO OU PÓS CIRÚRGICO. PESO ACIMA DE 90 KG: CINTURA DE 150 A 160 CM; COM GEL ABSORVENTE QUE GARANTA MAIOR ABSORÇÃO TANTO PARA HOMEM, QUANTO PARA MULHER; QUE O ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO, POSSUIR DOIS ADESIVOS LATERAIS COM SISTEMA DE RECOLAGEM; COM 2 A 4 ELÁSTICOS NAS PERNAS, COM FORMATO ANATÔMICO AJUSTANDO-SE AS PERNAS DA PESSOA COM BARREIRA LATERAL ANTIVAZAMENTO, SEM DEIXAR MARCAS. TODO O MATERIAL DEVE SER RESISTENTE, MACIO, CONFORTÁVEL, PROPICIAR AJUSTE SEGURO AO CORPO, ADESIVIDADE E ABSORÇÃO SEGURA, LIVRE DE IMPUREZAS E IRRITANTES DÉRMICOS. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE. APRS: UNIDADE	UNIDADE	60.000		
28	412226	ABSORVENTE HIGIÊNICO, PÓS PARTO, TIPO HOSPITALAR, FORMATO LONGO, COMPRIMENTO 35 CM (+/- 2 CM), LARGURA 12 CM (+/-), APRESENTAÇÃO HIPOALERGÊNICO, ISENTO DE IRRITANTE DÉRMICOS AGENTES ALERGIZANTES, IMPUREZAS E SEM CHEIRO. COBERTURA INTERNA FALSO TECIDO, EXTERNA IMPERMEÁVEL. EMBALAGEM COM VALIDADE E LOTE. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAMADA INTERNA ABSORVENTE, COBERTURA SUAVE E IMPERMEÁVEL, PAPEL ABSORVENTE, POSSUI GEL SUPER-ABSORVENTE COMO PRINCIPAL AGENTE CONTRA VAZAMENTOS .	PACOTE COM 20 UNIDADES	1.000		
29	290810	HASTE FLEXÍVEL DE POLIPROPILENO COLORIDO, CONTENDO AS 2 PONTAS ATRAUMÁTICAS ENVOLVIDAS EM 100% ALGODÃO HIDRÓFILO, MACIO, EXTRA ABSORVENTE, COM TRATAMENTO ANTIGERME, TORNANDO-AS LIVRES DE IMPUREZA, COM PONTAS QUE NÃO SE DESPRENDEM E NÃO SOLTAM FIAPOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 8 CM. EMBALAGEM SEGURA, COM IDENTIFICAÇÃO	CAIXA 75 UNIDADES	3.000		

		DO PRODUTO E INDICAÇÃO DE ABERTURA MANUAL, LOTE E VALIDADE. CAIXA COM NO MÍNIMO 75 UNIDADES. APRS: UNIDADE				
30	7668	ABAIXADOR DE LÍNGUA DE MADEIRA, DIMENSÕES: APROXIMADAMENTE, 14 (+/- 02) CM DE COMPRIMENTO, 1,4 (+/- 0,2) CM DE LARGURA E 0,2 (+/- 0,05) CM DE ESPESSURA; APRESENTA COR NATURAL; COM SUPERFÍCIE LISA E INSÍPIDA; FORMATO CONVENCIONAL, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, SUPERFÍCIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS; ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM TODA A SUA EXTENSÃO; ATÓXICA, LIVRE DE RESÍDUOS E IMPUREZAS E COM RESISTÊNCIA QUE PROPICIE MANUSEIO SEGURO. NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM EXTERNA SEGURA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE; PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES.	PACOTE COM 100 UNIDADES	500		
31	290906	ALMOTOLIA ÂMBAR , EM POLIETILENO, BICO RETO, LONGO E ESTREITO, CAPACIDADE 250 ML. COMPOSTA POR TRÊS PARTES: BISNAGA, BICO ROSQUEADOR E TAMPA. BISNAGA INTEIRIÇA, COM PAREDES UNIFORMES EM SUA ESPESSURA E DIÂMETRO REGULAR EM TODA EXTENSÃO; BICO CONFECCIONADO EM POLIETILENO FLEXÍVEL, PROVIDO DE ENCAIXE ADEQUADO PARA FECHAMENTO PERFEITO; ROSQUEADOR CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO PROVIDO DE ROSCA.	UNIDADE	100		
32	290905	ALMOTOLIA TRANSPARENTE , EM POLIETILENO, BICO, RETO, LONGO E ESTREITO, CAPACIDADE PARA 250 ML, COMPOSTA POR TRÊS PARTES: BISNAGA, BICO ROSQUEADOR E TAMPA. BISNAGA INTEIRIÇA, COM PAREDES UNIFORMES EM SUA ESPESSURA E DIÂMETRO REGULAR EM TODA EXTENSÃO; BICO CONFECCIONADO EM POLIETILENO FLEXÍVEL, PROVIDO DE ENCAIXE ADEQUADO PARA FECHAMENTO PERFEITO; ROSQUEADOR CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO PROVIDO DE ROSCA.	UNIDADE	300		
33	400897	ANUSCÓPIO ABERTO , COMPOSTO POR TRÊS PARTES: CORPO, ÊMBOLO E PONTEIRA DO ÊMBOLO. CONSTITUIDO POR MATERIAL TRANSPARENTE, EM POLIESTIRENO CRISTAL. DIMENSÕES: DIÂMETRO PROXIMAL: 35 (+/-5 MM), DIÂMETRO DISTAL 18 (+/-2 MM), COMPRIMENTO DO CORPO 90MM. COMPRIMENTO DO ÊMBOLO: 130 (+/-5MM).ALTURA DA FENESTRA 23 (+/-1MM) E LARGURA DA FENESTRA: 12 (+/-3MM). NÃO ESTÉRIL.DECARTÁVEL.	UNIDADE	50		
34	400895	ANUSCÓPIO FECHADO , COMPOSTO POR TRÊS PARTES: CORPO, ÊMBOLO E PONTEIRA DO ÊMBOLO. CONSTITUIDO POR MATERIAL TRANSPARENTE, EM POLIESTIRENO CRISTAL. DIMENSÕES: DIÂMETRO PROXIMAL: 35 (+/-5 MM), DIÂMETRO DISTAL 18 (+/-2 MM), COMPRIMENTO DO CORPO 90 (+/-2MM), COMPRIMENTO DO ÊMBOLO: 130 (+/-5MM). NÃO ESTÉRIL.DECARTÁVEL.	UNIDADE	300		
35	290946	BOLSA TÉRMICA COM GEL PARA CALOR E FRIO , FORMATO RETANGULAR 13 A 16 CM (L) X 23 A 25 CM (C), MATERIAL EM PLÁSTICO FLEXÍVEL, COM BORDAS SELADAS, PARA USO DE MICROONDAS E CONGELADOR, SEM ALTERAÇÃO DA MALEABILIDADE DO GEL. REVESTIMENTO RESISTENTE, MACIO, ATÓXICO, COM ODOR CARACTERÍSTICO SUAVE E ACABAMENTO	UNIDADE	50		

		REGULAR. NÃO ESTÉRIL. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, LOTE, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.				
36	412171	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL PARA CAF: TAMANHO MÉDIO ; COMPOSTO POR DUAS VALVAS ARTICULADAS POR ENCAIXE DESLIZANTE; ESPÉCULO COM 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS; 33 MM DE LARGURA MÁXIMA DISTAL E 30 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL(+/- 5% EM TODAS AS MEDIDAS); UTILIZADO PARA CIRURGIAS DE ALTA FREQUÊNCIA (CAF); PRODUTO ESTÉRIL; EMBALAGEM UNITÁRIA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME POLIETILENO/POLIPROPILENO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: C/ DUCTO ASPIRADOR	UNIDADE	1500		
37	412173	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL PARA CAF: TAMANHO PEQUENO ; COMPOSTO POR DUAS VALVAS ARTICULADAS POR ENCAIXE DESLIZANTE; ESPÉCULO COM 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS; 33 MM DE LARGURA MÁXIMA DISTAL E 30 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL (+/- 5% EM TODAS AS MEDIDAS); UTILIZADO PARA CIRURGIAS DE ALTA FREQUENCIA (CAF); PRODUTO ESTÉRIL; EMBALAGEM UNITÁRIA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME POLIETILENO/POLIPROPILENO. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: C/ DUCTO ASPIRADOR	UNIDADE	1000		
38	290361	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL PEQUENO - POLIESTIRENO CRISTAL, SEM LUBRIFICAÇÃO, ESTÉRIL, VALVAS ANATÔMICAS ARTICULADAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES; PARAFUSO DE ROSQUEAMENTO PARA ABERTURA GRADUAL DAS VALVAS, EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO E INDEFORMÁVEL.	UNIDADE	2000		
39	290363	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL MÉDIO - POLIESTIRENO CRISTAL, SEM LUBRIFICAÇÃO, ESTÉRIL, VALVAS ANATÔMICAS ARTICULADAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES; PARAFUSO DE ROSQUEAMENTO PARA ABERTURA GRADUAL DAS VALVAS, EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO E INDEFORMÁVEL.	UNIDADE	3000		
40	290362	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL GRANDE - POLIESTIRENO CRISTAL, SEM LUBRIFICAÇÃO, ESTÉRIL, VALVAS ANATÔMICAS ARTICULADAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES; PARAFUSO DE ROSQUEAMENTO PARA ABERTURA GRADUAL DAS VALVAS, EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO E INDEFORMÁVEL.	UNIDADE	400		
41	411587	ESPÉCULO USO MÉDICO APLICAÇÃO: VAGINAL MODELO: COLLIN TAMANHO: P/ VIRGEM TRAVAMENTO: C/ TRAVA TIPO ROSCA MATERIAL: POLÍMERO ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	500		
42	290854	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU , TIPO COMPOSIÇÃO BÁSICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA 1 ESPÉCULO VAGINAL PEQUENO , 1 ESPÁTULA DE AYRES, OUTROS COMPONENTES 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON, COMPONENTES ADICIONAIS 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE, EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM	UNIDADE	1000		

		INDIVIDUAL				
43	290855	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU , TIPO COMPOSIÇÃO BÁSICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA 1 ESPÉCULO VAGINAL MÉDIO , 1 ESPÁTULA DE AYRES, OUTROS COMPONENTES 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON, COMPONENTES ADICIONAIS 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE, EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	2500		
44	290856	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU , TIPO COMPOSIÇÃO BÁSICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA 1 ESPÉCULO VAGINAL GRANDE , 1 ESPÁTULA DE AYRES, OUTROS COMPONENTES 1 ESCOVA CERVICAL, 1 PINÇA CHERON, COMPONENTES ADICIONAIS 1 LÂMINA COM FRASCO DE TRANSPORTE, EMBALAGEM ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	300		
45	401835	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO CHERON , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	3.000		
46	290275	ESCOVA ENDOCERVICAL , DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONSTITUÍDA EM CERDAS COM FILAMENTOS DE NULON SUSTENTADOS POR EIXO EM AÇO INOX, FIXADA EM CABO PLÁSTICO FABRICADO EM POLIESTIRENO ATÓXICO E RESISTENTE, EXTREMIDADE DISTAL PROTEGIDA PARA EVITAR TRAUMAS NA MUCOSA.	UNIDADE	2.000		
47	410999	Pessário de suporte VAGINAL . Dispositivo removível fabricado em silicone de grau médico, resistente, macio, não absorvente, antialérgico, lavável, esterilizável e livre de látex, utilizado nos casos de prolapso genital de vários graus, TAMANHOS: 02 a 08.	UNIDADE	50		
48	411521	ETIQUETA AUTO ADESIVA, P/BOLSA DE SANGUE , FILME DE PLÁSTICO DE POLIPROPILENO BRANCO FOSCO, COM TRATAMENTO ESPECIAL PARA IMPRESSÃO EM CÓDIGO DE BARRAS, NO SISTEMA DE TERMO TRANSFERÊNCIA, COM ADESIVO HOT MELT, ATÓXICO E LINEAR EM PAPEL ESPECIAL SUPER CALANDREDO. TAMANHO DA ETIQUETA: 90 X 50 MM, 01 CARREIRA LINEAR, ESPAÇO ENTRE ETIQUETAS DE 03 MM. DIÂMETRO INTERNO DO TUBETE DE 25 MM. QUANTIDADE DE NO MÍNIMO 500 ETIQUETAS POR ROLO, PARA IMPRESSORA MARCA: TSC, MODELO: TTP-246M PRO.	ROLO	100		
49	205222	PULSEIRA PARA IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTE, ADULTO, EM PLÁSTICO RESISTENTE, MACIO, INODORO, ATÓXICO E ANTIALÉRGICO, BORDAS ATRAUMÁTICAS, SEM REBARBAS, SISTEMA DE REGULAGEM E FECHO DE SEGURANÇA COM LACRE INVOLÁVEL, COR BRANCA , ÁREA PARA IDENTIFICAÇÃO COM 04 PAUTAS E QUE PERMITA O USO DE CANETA ESFEROGRÁFICA, SEM COMPROMETIMENTO DO REGISTRO, QUANDO EM CONTATO COM ÁGUA OU OUTRO LÍQUIDO. EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO MATERIAL ATÉ SUA UTILIZAÇÃO	UNIDADE	15.000		
50	404357	PULSEIRA PARA IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTE, ADULTO, EM PLÁSTICO RESISTENTE, MACIO, INODORO, ATÓXICO E ANTIALÉRGICO, BORDAS ATRAUMÁTICAS, SEM REBARBAS, SISTEMA DE REGULAGEM E FECHO DE SEGURANÇA COM LACRE INVOLÁVEL, COR VERMELHA , ÁREA PARA IDENTIFICAÇÃO COM 04 PAUTAS E QUE PERMITA O USO DE CANETA ESFEROGRÁFICA, SEM COMPROMETIMENTO	UNIDADE	4.000		

		DO REGISTRO, QUANDO EM CONTATO COM ÁGUA OU OUTRO LÍQUIDO. EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO MATERIAL ATÉ SUA UTILIZAÇÃO.				
51	210773	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO - PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO MATERIAL: POLIETILENO , USO: PULSO , APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO , COMPRIMENTO: 24 CM, COR: AMARELA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL	UNIDADE	50.000		
52	280440	PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCO ASSISTENCIAL (RISCO DE QUEDA) NA COR AMARELA , CONFECIONADA EM NYLON LAMINADO, COM LACRE INVIOLÁVEL, FECHAMENTO COM LACRE ADESIVO INVIOLÁVEL, QUE IMPEDE A TRANSFERÊNCIA APÓS A CORRETA APLICAÇÃO, IMPERMEÁVEIS, CONFORTÁVEIS E DE FÁCIL APLICAÇÃO;	UNIDADE	4.000		
53	404181	CARTUCHO DE PULSEIRAS ADESIVA Z-BAND DIRECT ADULTO. CARTUCHO DE PULSEIRAS ZEBRA Z-BAND DIRECT; / LARGURA: 25,4MM / COMPRIMENTO: 279,4MM. QUANTIDADE DE PULSEIRAS POR CARTUCHO(MÍNIMO DE 200);/COR BRANCA; / MATERIAL CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO; / GARANTIA 12 MESES.	UNIDADE	200		
54	184764	TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE DIGITAL , FAIXA DE MEDIÇÃO DE 32°C A 42°C, TIPO USO AXILAR E ORAL, COMPONENTES C/ ALARMES, MEMÓRIA ÚLTIMA MEDIÇÃO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, FUNÇÃO AUTO DESLIGAMENTO.	UNIDADE	400		
55	171360	Compressa NEUROCIRÚRGICA DE ALGODÃO (cotonóide) para proteção cerebral, ESTÉRIL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 13 mm (largura) x 76 mm (comprimento) , com cordão identificador. Embalagem individual adequada, resistente, segura, compatível com o processo de esterilização e que propicie abertura e transferência asséptica, com identificação do produto, procedência, data e tipo da esterilização, validade e lote de fácil visualização. Registro no Ministério da Saúde/Anvisa. PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE COM 10 UNIDADES	500		
56	213551	Compressa NEUROCIRÚRGICA DE ALGODÃO (cotonóide) para proteção cerebral, ESTÉRIL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 38 mm (largura) x 38 mm (comprimento) , com cordão identificador. Embalagem individual adequada, resistente, segura, compatível com o processo de esterilização e que propicie abertura e transferência asséptica, com identificação do produto, procedência, data e tipo da esterilização, validade e lote de fácil visualização. Registro no Ministério da Saúde/Anvisa. PACOTE COM 10 UNIDADES.	PACOTE COM 10 UNIDADES	200		
		PERNEIRA PNEUMÁTICA DE MEMBROS INFERIORES, TAMANHO P , sequencial intermitente ou compressão uniforme, para uso com compressor elétrico pneumático. Material descartável, confeccionado em polipropileno e celulose ou poliéster escovado, antialérgico, composto de 1 câmara ou 3 câmaras de ar independentes para proporcionar compressão uniforme ou sequencial, com canais de ventilação para resfriamento dos membros e velcro para				

57	411063	<p>fixação. Compatível com ajuste para tamanho P. Comprimento: ATÉ O JOELHO.</p> <p>Cada perneira DEVE ACOMPANHAR UMA MEIA ANTIEMBÓLICA DE COMPRESSÃO GRADUAL, gradiente e circunferencial, com compressões de 18 mmHg no tornozelo, 14 mmHg na panturrilha, 8 mmHg na região poplíteia, 10 mmHg na coxa baixa e 8 mmHg na coxa alta. Confeccionada em nylon antialérgico, sem látex. Possui banda de interrupção elástica na altura da coxa que evita torniquete, sem costuras, com abertura nos dedos dos pés e a área do calcanhar reforçada. Características adicionais: Para prevenção de TEV pode-se utilizar as perneiras compostas por uma ou três câmaras; É possível aceitar as perneiras confeccionadas tanto em polipropileno e celulose, como em poliéster escovado; Não há obrigatoriedade das camadas serem destacáveis. OBS.: COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO</p>	UNIDADE	100		
58	280599	<p>PERNEIRA PNEUMÁTICA DE MEMBROS INFERIORES, TAMANHO M, sequencial intermitente ou compressão uniforme, para uso com compressor elétrico pneumático. Material descartável, confeccionado em polipropileno e celulose ou poliéster escovado, antialérgico, composto de 1 câmara ou 3 câmaras de ar independentes para proporcionar compressão uniforme ou sequencial, com canais de ventilação para resfriamento dos membros e velcro para fixação. Compatível com ajuste para tamanho M. Comprimento: ATÉ O JOELHO.</p> <p>Cada perneira DEVE ACOMPANHAR UMA MEIA ANTIEMBÓLICA DE COMPRESSÃO GRADUAL, gradiente e circunferencial, com compressões de 18 mmHg no tornozelo, 14 mmHg na panturrilha, 8 mmHg na região poplíteia, 10 mmHg na coxa baixa e 8 mmHg na coxa alta. Confeccionada em nylon antialérgico, sem látex. Possui banda de interrupção elástica na altura da coxa que evita torniquete, sem costuras, com abertura nos dedos dos pés e a área do calcanhar reforçada. Características adicionais: Para prevenção de TEV pode-se utilizar as perneiras compostas por uma ou três câmaras; É possível aceitar as perneiras confeccionadas tanto em polipropileno e celulose, como em poliéster escovado; Não há obrigatoriedade das camadas serem destacáveis. OBS.: COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO</p>	UNIDADE	150		
59	280598	<p>PERNEIRA PNEUMÁTICA DE MEMBROS INFERIORES, TAMANHO G, sequencial intermitente ou compressão uniforme, para uso com compressor elétrico pneumático. Material descartável, confeccionado em polipropileno e celulose ou poliéster escovado, antialérgico, composto de 1 câmara ou 3 câmaras de ar independentes para proporcionar compressão uniforme ou sequencial, com canais de ventilação para resfriamento dos membros e velcro para fixação. Compatível com ajuste para tamanho G. Comprimento: ATÉ O JOELHO.</p> <p>Cada perneira DEVE ACOMPANHAR UMA MEIA ANTIEMBÓLICA DE COMPRESSÃO GRADUAL, gradiente e circunferencial, com compressões de 18 mmHg no tornozelo, 14 mmHg na panturrilha, 8 mmHg na região poplíteia, 10 mmHg na coxa baixa e 8 mmHg</p>	UNIDADE	100		

		na coxa alta. Confeccionada em nylon antialérgico, sem látex. Possui banda de interrupção elástica na altura da coxa que evita torniquete, sem costuras, com abertura nos dedos dos pés e a área do calcanhar reforçada. Características adicionais: Para prevenção de TEV pode-se utilizar as perneiras compostas por uma ou três câmaras; É possível aceitar as perneiras confeccionadas tanto em polipropileno e celulose, como em poliéster escovado; Não há obrigatoriedade das camadas serem destacáveis. OBS.: COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO				
60	413331	CÂNULA TIPO SHILEY FEN. Cânula DE TRAQUEOSTOMIA nº 7,5 COM BALÃO de alto volume e baixa pressão, com cânula interna, FENESTRADA. Confeccionada em polímero, flexível, termossensível, transparente, RADIOPACO, ponta atraumática. Acompanha: CÂNULA INTERNA, COM FENESTRA, obturador, tampa de vedação, flange (asa) para fixação com acabamento sem rebarbas e atraumático, fixador para cânula. Impressão e número da cânula em local visível. Material atóxico, LÁTEX FREE, ESTÉRIL e uso único. Embalagem individual, segura e resistente, com abertura asséptica, contendo dados de identificação do produto, lote, validade e registro Anvisa. Tipo Shiley.	UNIDADE	50		
61	291059	FIXADOR PARA TUBOS ENDOTRAQUEAIS. CONJUNTO COMPOSTO DE BARREIRA SINTÉTICA ADERENTE FACIAL EM MATERIAL QUE PREVINA LESÕES DE PELE (HIDROCOLÓIDE OU SIMILAR), TIRA DE FIXAÇÃO AO PESCOÇO AJUSTÁVEL E ACOLCHOADA, COM FIXAÇÃO E AJUSTE SEGUROS; PARA DIÂMETROS DE TUBO (DE 5,0 A 9,5 CM); SISTEMA DE PROTEÇÃO PARA OCLUSÃO DO TUBOENDOTRAQUEAL; COM BRAÇADEIRA DE TUBO DE ENCAIXE MÓVEL, PARA MANUSEIO SEGURO EM PROCEDIMENTOS DE HIGIENE ORAL E ASPIRAÇÃO SEM RISCO DE EXTUBAÇÃO ACIDENTAL. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: COMPRIMENTO CERCA DE 60 A 70 CM E LARGURA CERCA DE 1,5 A 2,0 CM. HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO E LIVRE DE LÁTEX. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MS	UNIDADE	300		
62	402093	FRASCO EM POLICARBONATO PARA ASPIRADOR de secreção 5 litros completo com tampa - Deve conter 01 frasco de policarbonato de 5 litros, 01 tampa de borracha, 01 haste reta, 01 haste curva, 01 boia anti transbordo.	Unid	30		
63	410070	INSTRUMENTO PEAK FLOW medidor de pico de fluxo expiratório; contendo 01 medidor de fluxo expiratório; 01 bocal plástico reutilizável; 01 conjunto de tiras de zoneamento; 01 manual de instrução de uso; possuir escala ATS de 60 a 900 l/min; fabricação em material de alta resistência; 01 manual de instrução; uso em adultos.	Unid	2		
		Cânula NASAL PARA SISTEMA DE OXIGENAÇÃO POR ALTO FLUXO, tamanho ADULTO (M). Em SILICONE OU SIMILAR. Capacidade de FLUXO DE OXIGÊNIO ATÉ 60 l/min. Características: material macio, orifícios e contornos anatômicos que propicie ajuste suave e fluxo seguro, com conector e sistema de ajuste				

64	407591	para fixação na cabeça e de estabilização na face. Atóxico, isento de resíduos, impurezas e de irritantes dérmicos, possuir flexibilidade e conexões seguras, de fácil montagem, e oferecer conforto e segurança na utilização. NÃO ESTÉRIL, biocompatível e de uso único. Embalagem segura contendo identificação do produto, lote e validade. Pronga nasal adulto para alto fluxo	Unid	36		
65	412389	Circuito RESPIRATÓRIO PARA SISTEMA DE OXIGENAÇÃO POR ALTO FLUXO, USO ADULTO. Material PLÁSTICO OU SIMILAR, contendo: VIA INSPIRATÓRIA com conexão proximal ou distal ou ambas para os sensores de temperatura e fluxo. CÂMARA DE UMIDIFICAÇÃO e adaptador duplo para entrada e mistura de gases. Todo sistema deve ser atóxico, isento de resíduos e impurezas e de irritantes dérmicos, possuir flexibilidade e conexões seguras, de fácil montagem, e oferecer conforto e segurança na utilização. NÃO ESTÉRIL, biocompatível e de uso único. Embalagem segura contendo identificação do produto, lote e validade. Podendo ser fornecido umidificador aquecido em comodato. - Apresentação: UNIDADE - OBS.: COM CESSÃO DE 5 UMIDIFICADORES AQUECIDOS EM COMODATO	Unid	36		
66	284598	CONJUNTO PARA MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL INVASIVA EM, SÍTIO RADIAL, 3.0FR X 6CM OU 20GA X 5CM OU 22GA X 5CM COMPOSTO POR: CATETER EM POLIETILENO, FLEXIVEL, RADIOPACO, COM ASA PARA SUTURA E FIXAÇÃO. FIO GUIA RETO, EM AÇO INOX, DIÂMETRO 0,018" OU 0,021"; AGULHA INTRODUTORA E SERINGA, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVE BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA.	UNIDADE	750		
67	407061	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO, CAPACIDADE 200 ML (+- 20ML), APLICAÇÃO ÁGUA/SUCO E REFRIGERENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO, DE ACORDO C/ NORMA ABNT, NBR 14865, COR BRANCA.	PACOTE COM 100 UNIDADES	10.000		



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Araújo Barbosa, Analista Administrativo**, em 13/04/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59876767** e o código CRC **0AB93533**.

Referência: Processo nº 23524.038717/2025-87 SEI nº 59876767